DOI: http://dx.doi.org/10.5380/ef.v1i39.103899

Projeto Participativo como Extensão Universitária: Assessoria Técnica para Cinema Comunitário na Região 5 de Vila Velha, ES

Participatory Design as University Extension: Technical Assistance for a Community Cinema in Region 5 of Vila Velha, ES, Brazil

REVISTA EXTENSÃO EM FOCO
ISSN 2358-7180

Alexandre Bessa Martins Alves[1], Mateus Marcarini Zon[2], Clóvis Aquino de Freitas Cunha[3], André Lima Ferreira[4]

RESUMO

Este artigo descreve o processo de planejamento e desenvolvimento de um projeto de extensão do curso de arquitetura e urbanismo associado ao programa de pós-graduação em arquitetura e cidade da universidade. O relato trata de uma assessoria técnica com o intuito de criar estratégias participativas de projeto para a implementação de um cinema comunitário em um instituto de desenvolvimento em bairro periférico do município de Vila Velha, estado do Espírito Santo. O processo se desenvolveu em cinco etapas denominadas: (1) "Reconhecimento das Condicionantes Iniciais"; (2) "Oficina Criativa com a Comunidade", (3) "Assessoria ao Projeto"; (4) "Desenvolvimento de Protótipo de Luminárias"; e (5) "Oficina de Luminárias". Essas etapas envolveram alunos de graduação e pós-graduação, além de professores, preceptor, comunidade local, o instituto proponente, governo municipal e empresas do setor. As atividades de extensão foram vinculadas ao ensino e a prática do projeto. O projeto teve efetiva implementação e o cinema comunitário se encontra em operação também como espaço multiuso de uso público.

Palavras chave: Cinema Comunitário; Processo de Projeto; Projeto Participativo; Arquitetura; Assessoria Técnica.

ABSTRACT

This paper describes the planning and development process for an extension project of the architecture and urban planning program, linked to the university's graduate program in architecture and urban planning. The report presents a technical assistance initiative aimed at developing participatory design strategies for the implementation of a community cinema within a development institute located in a peripheral neighborhood of the municipality of Vila Velha, in the state of Espírito Santo, Brazil. The process unfolded in five stages: (1) "Identification of Initial Constraints"; (2) "Creative Workshop with the Community"; (3) "Project Consultation"; (4) "Development of Lighting Prototypes"; and (5) "Lighting Workshop." These stages involved undergraduate and graduate students, as well as professors, a mentor, the local community, the proposing institute, the municipal government, and companies in the sector. The extension activities were linked to the teaching and practice of design. The project was successfully implemented, and the community cinema is now in operation, also serving as a multipurpose space for public use.

Keywords: Community Cinema; Design Process; Participatory Design; Architecture; Technical Consulting

1 Doutor em Engenharia de Construção Civil, Ambiente Construído e Gestão. Universidade Vila Velha (UVV), Vila Velha, Espírito Santo, Brasil. E-mail: alexandre.bmalves@gmail.com. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9916-2311
2 Mestre em Arquitetura e Cidade. Universidade Vila Velha (UVV), Vila Velha, Espírito Santo, Brasil. E-mail: zon.arquitetura@gmail.com. Orcid: https://orcid.org/0009-0000-6092-1782
3 Mestre em Segurança Pública. Universidade Vila Velha (UVV), Vila Velha, Espírito Santo, Brasil. E-mail: clovis.aquino@uvv.br. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0368-1986
4 Mestrando em Arquitetura e Cidade. Universidade Vila Velha (UVV), Vila Velha, Espírito Santo, Brasil. E-mail: andrelima.arq@gmail.com. Orcid: https://orcid.org/0009-0002-1280-8173

DOI: http://dx.doi.org/10.5380/ef.v1i39.103899

INTRODUÇÃO

O direito à cultura é um importante conceito evidenciado na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Esse direito cria identidade e fortalece vínculos de comunidades, povos, territórios e regiões. Ele pode ser exercido pela população na medida em que existe o acesso aos meios de fazer, de registrar, de manter e de difundir aspectos identitários, artísticos e de memória de diferentes grupos sociais, além da possibilidade de amplo acesso à diversidade cultural e artística de diferentes origens, como apontam Silva e Henning (2025). Segundo as autoras, as políticas públicas focadas no direito à cultura vêm sendo progressivamente construídas desde a constituinte, e sua efetiva implementação depende de dispositivos de gestão democrática dos governantes, participação social, passando pela distribuição simbólica e material de espaços e manifestações no território. A existência de espaços dedicados ao exercício desse direito é um fortalecimento da cidadania nas comunidades e deve ser tratado por meio de políticas públicas consistentes, já que se trata de uma obrigatoriedade constitucional do Estado (Brasil, 1988).

Em dezembro de 2023 um instituto de desenvolvimento comunitário, o Intituto GG5, de Terra Vermelha, comunidade periférica do município de Vila Velha, no estado do Espírito Santo, foi contemplado pela prefeitura municipal com um edital de apoio financeiro para a implementação de um espaço de cinema de uso público, com o intuito de fortalecer polos existentes e atividades socioculturais do município. A Universidade Vila Velha foi parceira do instituto desde a submissão do edital, reforçando tecnicamente a proposta encaminhada pelo instituto. Dessa maneira, consolidou-se uma parceria para uma assessoria técnica na implementação dessa obra de reforma por meio de uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, através de uma ação extensionista universitária.

Este artigo tem, portanto, o objetivo de apresentar a experiência extensionista realizada por docentes, preceptor e por discentes de pós-graduação e graduação em arquitetura e urbanismo e design. O projeto trata de uma assessoria técnica realizada para a implementação de uma sala de cinema e espaço multiuso, em Terra Vermelha, como oferta de um equipamento cultural de uso público oriundo de parceria público-privada.

A parceria público-privada é uma forma de fazer com que espaços dedicados ao audiovisual possam ser democratizados e descentralizados, ampliando o acesso à cultura frente a um campo do audiovisual que tradicionalmente explora salas de cinema, principalmente, como um ativo financeiro, como apontam Albo Júnior e Reis (2017). Os

autores ressaltam que essas parcerias podem ser desenhadas como política pública a partir de uma visão federal, visto que há um evidente desequilíbrio de espaços desse tipo entre pequenos e grandes municípios. Contudo, uma atuação mais regional ou local, a partir de políticas de estados e municípios tem a capacidade de mapear de forma mais detalhada atores locais que já desempenham um papel importantes de difusão cultural, de maneira a atender demandas reprimidas para esse tipo de espaço.

O local para implementação do cinema já era existente, sendo a sede do Instituto GG5, beneficiário e gestor do projeto de forma global. Dessa forma, o projeto de reforma contou ainda com a responsabilidade técnica de um escritório de engenharia contratado anteriormente pelo instituto para conduzir e supervisionar projeto e obra civil de reforma com a ampliação do espaço. Toda a gestão de recursos advindos do edital ficou como responsabilidade do instituto.

O projeto de extensão em si, responsabilidade da universidade, teve a missão de elaborar estratégias e dinâmicas participativas de desenvolvimento de ideias, processos e opções de ocupação para assessorar tecnicamente a implementação do cinema comunitário, considerando como premissa fundamental a participação ativa da comunidade e dos discentes envolvidos, em seus diferentes níveis de formação. O projeto de extensão, portanto, atuou no escopo de auxílio em estudos, representação gráfica de ideias que foram surgindo ao longo do processo e na própria produção do espaço.

Tradicionalmente o termo "assessoria técnica", em especial no contexto da extensão, está fortemente ligado à questão da moradia (Campos *et al.*, 2022). Considera-se, no entanto, que esse tipo de atuação em equipamento de uso público, incentiva além do direito à cultura, uma forma complementar do que seria o direito à cidade e à moradia digna, quando entendemos que habitar significa também ter acesso à cultura, saúde, saneamento, educação, espaço público, lazer e infraestrutura urbana.

A extensão se deu em cinco etapas distintas, sendo elas: (1) "Reconhecimento das Condicionantes Iniciais", com visitas e reuniões de reconhecimento do espaço pleiteado, gerando assim os vínculos iniciais que fizeram parte da criação dessa parceira; (2) "Oficina Criativa com a Comunidade", para formular o programa do projeto, as diretrizes a serem adotadas na condução das propostas e para espacializar intenções dos representantes ali presentes; (3) "Assessoria ao Projeto", em que foram realizados estudos de possibilidades de ocupação e de interferência no espaço, apresentado e discutido com a comunidade e o escritório de engenharia responsável; (4) "Desenvolvimento de Protótipo de Luminárias",

como um desdobramento das reuniões, viu-se a possibilidade de desenvolvimento de um modelo personalizado de luminária para o espaço, que foi desenvolvido pelos estudantes e apresentado à comunidade; (5) "Oficina de Luminárias", em que foram produzidas luminárias que compuseram o espaço do cinema após a obra. Essas etapas serão melhor detalhadas mais à frente.

Essas ações de extensão foram realizadas numa parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Cidade (PPGAC-UVV) em nível mestrado acadêmico, a graduação em arquitetura e urbanismo, graduação em design e o Núcleo de Estudos e Práticas em Arquitetura e Urbanismo, Design e Engenharia Civil da Universidade Vila Velha (NEP-UVV). Tendo sido um importante instrumento de integração entre esses diferentes agentes internos da instituição e a comunidade local.

CONTEXTO DA EXTENSÃO

As ações extensionistas definem um dos três pilares que estruturam a atuação das universidades brasileiras, sendo os outros dois o ensino e a pesquisa. Essa tríade visa fortalecer o alinhamento entre a produção técnico-científica, os currículos formativos dos cursos de graduação e pós-graduação e as necessidades da sociedade em suas diferentes especificidades regionais (Brasil, 2018). O conceito de extensão e suas possibilidades de atuação têm evoluído ao longo das últimas quatro décadas, mas preservando na sua origem a integração entre a academia e a sociedade (Costa; Sarmento, 2024).

No campo da arquitetura e urbanismo, a extensão aponta para uma formação em compasso com as grandes disparidades territoriais das nossas cidades (Campos *et al.* 2022), especialmente para este profissional que atuará de forma efetiva na gestão, planejamento, desenho e transformação das cidades (Costa; Sarmento, 2024). Além disso, faz parte do projeto político-pedagógico do curso de arquitetura e urbanismo, atividades de extensão considerando a formação para a prática da função social do profissional e à inserção da academia no conjunto da sociedade (Brasil, 2015).

Assim, ações extensionistas que visam melhorias nas condições de vida das comunidades locais, em especial aquelas comunidades localizadas em áreas periféricas ou em zonas especiais de interesse social, são ações preferidas, pois aliam conhecimento e conscientização sociocultural, política e territorial dos envolvidos (Campos *et al.* 2022).

As ações extensionistas universitárias, especialmente aquelas voltadas ao projeto de arquitetura, vêm enfrentando ao longo dos anos, debates sobre o seu enquadramento

junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e perante a atuação de outros profissionais do mercado, como explicita a deliberação nº 038/2018 (CAU-BR, 2018). Esse documento trata tanto dos aspectos jurídicos, como conceituais, e das atribuições de cada agente envolvido ou impactado por esse processo extensionista, com recomendações para as diferentes partes envolvidas. O documento ainda ressalta a necessidade da responsabilidade técnica explícita, mesmo que no contexto da uma atividade formativa, pois protege a sociedade do exercício ilegal e irresponsável de decisões mal formuladas.

Neste projeto de extensão, a responsabilidade técnica ficou a cargo de escritório de engenharia contratado pelo instituto, tendo a equipe extensionista auxiliado no processo decisório da identidade e usabilidade do espaço frente às demandas da comunidade, transcrevendo e testando soluções previamente debatidas e aprovadas em conjunto. O foco formativo, portanto, esteve muito ligado a um processo colaborativo e participativo de projeto, em que se buscou ter uma abordagem horizontal entre equipe técnica de projeto e obra, os futuros usuários e a gestão proponente do espaço.

Em áreas periféricas, pela urgência das necessidades, pelo crescimento acelerado, com rápidas transformações do território, é comum o ser humano se acostumar a edificar sua morada e os espaços de que necessita para a vida cotidiana sem ter acesso aos processos formais de concepção e de construção. Isso se reflete também nas esferas de representatividade política, pois muitos jovens, desde cedo, tem a percepção de que os espaços institucionalizados e formais não fazem parte de seu cotidiano (Milani *et al.*, 2023).

Da mesma forma, a arquitetura formal tem dificuldade de acessar o público das periferias, pois arquitetos são tradicionalmente ensinados a realizar projetos sofisticados e de grande porte nas atividades curriculares, refletindo um descompasso que visa ser minimizado pela recente curricularização da extensão (Marques *et al.*, 2025), aproximando atividades acadêmicas de diferentes realidades.

Assim, a população de baixa renda está acostumada a um processo de tomada de decisão muito autônomo, que, em geral, não envolve o profissional arquiteto e sua abordagem tradicionalmente associada a uma visão *top-down* de projeto em que o profissional encontra todas as soluções técnicas. Que ferramentas deve então o profissional utilizar para inserir seu conhecimento nesse contexto?

Segundo Romão (2015), projetar de forma compartilhada e com os usuários é uma forma de estender o papel do arquiteto além da construção em si, é efetivamente projetar para as pessoas, incorporando ao processo decisório as particularidades da rotina e das

necessidades quotidianas. Nesse processo acaba também se evidenciando e valorizando de forma mais efetiva as questões sociais e políticas do contexto em que se insere.

Diferentes contextos socioculturais, quando devidamente considerados em projeto, devem também ser tratados com estratégias de projeto próprias, que permitam uma leitura realista das condicionantes e uma maior interação entre as partes, projetistas e usuários, em tempo real, criando um sistema de projeto adaptativo e que visa minimizar dificuldades de diferentes naturezas, como de comunicação, de custos, de técnicas, de diretrizes, de programa, de urgências (Alves; Schmid; Errera, 2022).

Ao tratar da implantação de um equipamento cultural em área periférica, objeto de relato deste trabalho, parte desse discurso continua sendo verídico, já que os promotores e gestores do espaço cultural, no caso, uma sociedade privada sem fins lucrativos, tem em seu quadro profissional agentes importantes para a comunidade local. Assim, a abordagem do projeto precisa contar com a participação efetiva desses agentes e da comunidade, na medida em que esse organismo local se abre para o público em suas atividades cotidianas.

É necessário comentar ainda que existe um vínculo importante com o poder público municipal, que é proponente e direcionador da política pública para implementação de cinema comunitário, financiador e fiscalizador desse processo de melhoria do espaço para a comunidade, com repasse de recurso destinado a este fim, através da lei Paulo Gustavo (Espírito Santo, 2026). Esse envolvimento do setor público, além de permitir a execução da obra, também qualifica o processo, pois é necessário prestar contas do andamento das obras e da destinação dos recursos conforme um prévio cronograma.

Tal associação entre Estado e organização da sociedade civil tem então a finalidade de implementar políticas públicas amparadas pelo princípio constitucional da eficiência (Gomes, 2017), tendo estabelecido formas de proposição e controle qualiquantitativo do desenvolvimento das ações através da Lei 13.019/14 (Brasil, 2014) e posterior Lei 13.204/15 (Brasil, 2015). Essa transparência junto aos órgãos fiscalizadores qualifica o processo.

Assim, é importante destacar que essa ação se deve, prioritariamente, em função de uma organização da comunidade local na figura do Instituto GG5 de Desenvolvimento Comunitário, uma organização da sociedade civil, que se articulou como representante da comunidade na identificação das necessidades e das oportunidades, na articulação dos diferentes agentes (universidade, empresa de engenharia, mão-de-obra, poder público e comunidade) e na gestão do processo de implementação das melhorias no espaço como um todo.

Sobre o território, Terra Vermelha é um dos bairros que compõem a Região 5 do município de Vila Velha, região essa conhecida também como Grande Terra Vermelha. Essa regional concentra cerca de 20 % da população municipal, e a maior concentração de população residente em favelas, segundo o IBGE (2022). O bairro encontra-se em uma Zona Especial de Interesse Social e tem como diretrizes, dentre outras, "implantar a infraestrutura urbana, visando à melhoria da qualidade de vida da população de menor renda" (Vila Velha, 2018, art. 119)

Para o instituto, olhar para a questão da cultura foi um processo natural. O instituto acolhe diferentes coletivos da comunidade, como coletivo de artesãs, de hortas urbanas, banco comunitário, coletivo de skate, biblioteca comunitária, produção audiovisual entre outros. Conduzindo uma história de mais de 20 anos de atuação na Região 5 do município, conseguiram e conseguem se estruturar com base nos editais de fomento à cultura e em parcerias com órgãos públicos e empresas privadas.

O instituto, parceiro e beneficiário dessa ação de extensão iniciou suas atividades como um fórum local de moradores, discutindo questões emergenciais e ações estratégicas necessárias para melhoria da qualidade de vida da população, geração de renda local e exercício do direito à cidade. O instituto se torna, portanto, uma instituição local de referência, como apontavam Albo Júnior e Reis (2017), importante para o desenvolvimento de atividades, mas também como espaço físico para a promoção da cultura no bairro e em toda a região, tendo conquistado no ano de 2024 o certificado federal de Pontões de Cultura (Cultura Viva, 2026).

RELATO DE PROCESSO

O objeto do projeto de extensão se trata de um espaço localizado no terraço da atual sede do instituto. O espaço era eventualmente utilizado como espaço de reuniões, mas não tinha suporte e ambiência para se tornar um espaço cultural de referência para a comunidade local. Esse espaço que seria dedicado ao cinema tem uma área com aproximadamente 70 m². O acesso se dá por meio de escada unicamente, o que fragiliza a questão da acessibilidade. No térreo ficam as atividades administrativas do dia a dia do instituto. As condições do espaço são apresentadas na Figura 1.

Do ponto de vista técnico algumas questões já estavam sendo tratadas, em especial, nota-se um conjunto de pilares estruturais e vigas em concreto armado para sustentação da cobertura, o que inviabiliza um espaço cinematográfico. A retirada desses pilares e a

substituição por estrutura metálica com troca da cobertura já eram previstas no projeto técnico de engenharia da empresa contratada para as obras civis.

Figura 1 - Condições do espaço antes da intervenção: (a) fachada do imóvel com acesso por escada ao terraço (b) espaço do terraço antes das intervenções.



Fonte: Dos Autores (2024).

O processo de trabalho teve duração de um ano, desde o início das conversas com a universidade até a conclusão e inauguração do espaço reformado. A obra relatada aqui seguiu as diretrizes do projeto de obras civis, mas agora com a missão de buscar atender às necessidades de uso dos espaços internos para cinema comunitário e espaço multiuso.

Em paralelo ao processo de reforma, o edifício passava por adequação das instalações elétricas e instalação de painéis fotovoltaicos, uma parceria do instituto com a concessionário de energia elétrica estadual. Com o envolvimento de diversos agentes, etapas e responsabilidades, foi elaborado um cronograma geral do projeto junto com a diretoria do instituto, como forma de mapear todo o processo e já prever possibilidades de ações e reponsabilidades de cada parte. Esse cronograma gerou as cinco etapas citadas anteriormente e que serão detalhadas a seguir.

Reconhecimento das condicionantes iniciais

Primeiras visitas foram realizadas para reconhecimento do local. Tomamos conhecimento dos projetos de obra civil que estavam previstos, com uma grande adequação para a escala do espaço, a retirada de dois pilares centrais e ampliação da construção para acrescentar dois sanitários ao espaço. Haveria, portanto, obra de reforma completa da cobertura, com instalação de placas fotovoltaicas em convênio com a companhia de fornecimento de energia elétrica estadual. No entanto, a ideia do cinema ainda era incipiente, e as necessidades não eram ainda claras.

Além do que estava previsto, a equipe de extensão identificou de antemão as

seguintes necessidades:

- Tratamento acústico do espaço, visto que se trata de um cinema;
- Necessidade de acessibilidade ao segundo andar, visto que o acesso se dá por escada unicamente;
- Controle de iluminação natural e artificial, visto que a projeção necessita uma menor quantidade de luz, especialmente durante o dia;
- Definição de um layout flexível, que permitisse diversas apropriações, tanto como cinema, como espaço de multiuso;
- Identidade para o espaço, refletindo o caráter cultural e apelo simbólico junto à comunidade;

No entanto, os recursos para a obra eram limitados e durante o processo haveriam escolhas prioritárias a serem tomadas.

Oficina criativa com a comunidade

A primeira ação realizada pela equipe da extensão universitária foi uma etapa denominada “Oficina Criativa com a Comunidade”. Essa oficina tinha o objetivo de coletar informações precisas sobre as necessidades, desejos e itens não desejados no espaço, idealizando um programa de forma coletiva e participativa com representantes da comunidade.

Participaram da oficina a direção do instituto e moradores da comunidade convidados pela direção. A oficina foi conduzida pelos docentes e preceptor responsáveis com o apoio dos alunos da graduação em arquitetura e urbanismo (Figura 2).

Figura 2 - Entrevistas individuais (a), lista de desejos (b) e espacialização das propostas (c), conduzidas pelos estudantes, com participantes da oficina.



Fonte: Dos Autores (2024).

Nesse dia, preparamos uma dinâmica que envolvia três etapas. Num primeiro

momento foi conduzida uma entrevista individual com cada participante, focada em descrever as necessidades do espaço e convidando a refletir sobre os desejos para o futuro cinema (Figura 2a). Numa segunda etapa, a comunidade foi dividida em equipes de trabalho, em que discutiram em conjunto os desejos e os itens não desejados para o futuro cinema (Figura 2b), ao mesmo tempo em que realizaram a espacialização das necessidades em croquis realizados à mão pelos moradores em conjunto com os estudantes, que interpretavam as ideias e ajudavam a colocá-las no papel (Figura 2c).

Na terceira e última etapa, as equipes compartilharam as ideias produzidas e houve um debate entre todos os participantes na busca por convergências e divergências (Figura 3).

Figura 3 - Debate das propostas entre todos os envolvidos.



Fonte: Dos Autores (2024)

Todo esse processo aconteceu na própria sede do instituto, na parte térrea. Os principais pontos levantados nessa dinâmica foram considerados como ponto de partida para as etapas seguintes.

Assessoria ao projeto

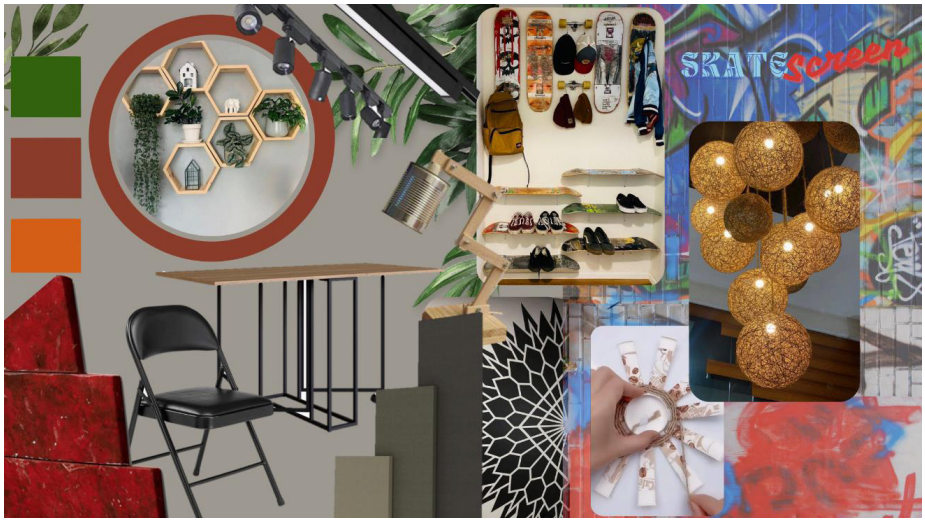
Nessa etapa foram apresentados espaços de referência pré-selecionados, com base nas discussões da oficina e nas necessidades levantadas pela equipe de extensão, foram elaborados painéis semânticos para discussão da ambiência desejada para o espaço (Figura 4), além de apresentadas opções de layout para debater as possibilidades de uso e apropriação que foram apresentadas à comunidade (Figura 5). Foram ainda produzidas propostas para:

DOI: http://dx.doi.org/10.5380/ef.v1i39.103899

- curadoria de mobiliário, para que o mobiliário pudesse ser empilhável e flexível, com a possibilidade de deixar o espaço todo livre ou ocupado com público;
- definição de pontos elétricos de iluminação, tomadas, sonorização, dados e ar-condicionado, de forma que possibilitasse a ocupação e uso do espaço como cinema;
- proposta para forro acústico, para controle da reverberação e qualidade do som no interior do espaço;
- Proposta de acabamentos e pintura dos espaços e da fachada, para criação da identidade do espaço;

Essa parte de assessoria ao projeto aconteceu sob supervisão do discente integrante do mestrado, arquiteto e urbanista, do preceptor e dos professores também arquitetos e urbanistas.

Figura 4 – Proposta de painel semântico para os espaços do Cinema Comunitário



Fonte: Dos Autores (2024)

Figura 5 – Opções de uso do espaço



Fonte: Dos Autores (2024)

No desenvolvimento do projeto de pontos de iluminação surgiu a intenção de produzir luminárias personalizadas, baseadas em luminárias apresentadas no painel semântico, feitas com materiais reaproveitados, o que gerou a etapa seguinte, do desenvolvimento e apresentação de protótipos.

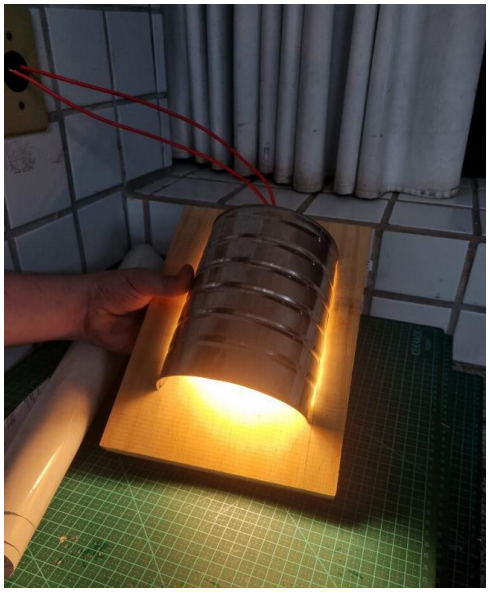
DOI: http://dx.doi.org/10.5380/ef.v1i39.103899

Protótipos de luminária

Nessa etapa foram propostas duas luminárias para o espaço do cinema comunitário. As luminárias tinham o objetivo de gerar alguma atividade que envolvesse comunidade e estudantes dos cursos de arquitetura e urbanismo e do curso de design. Assim, os dois modelos de luminárias foram compostos por materiais reutilizados, resíduos de materiais e itens de artesanato, num modelo popular, possível de ser desenvolvido pelos próprios estudantes e pela comunidade. Uma primeira luminária, do tipo pendente, já havia sido feita em outra oportunidade como atividade de extensão com alunos da graduação, e é comumente encontrada em conteúdos na internet, feita com balão, corda e cola branca (Equipe Viva Decora, 2018; Rangel, 2025).

Uma segunda luminária, do tipo arandela (Figura 6), foi desenvolvida de forma personalizada, com lata de fórmula infantil, rejeitos de pinus, parafusos, verniz, tinta e materiais elétricos.

Figura 6 – Protótipo de luminária do tipo arandela



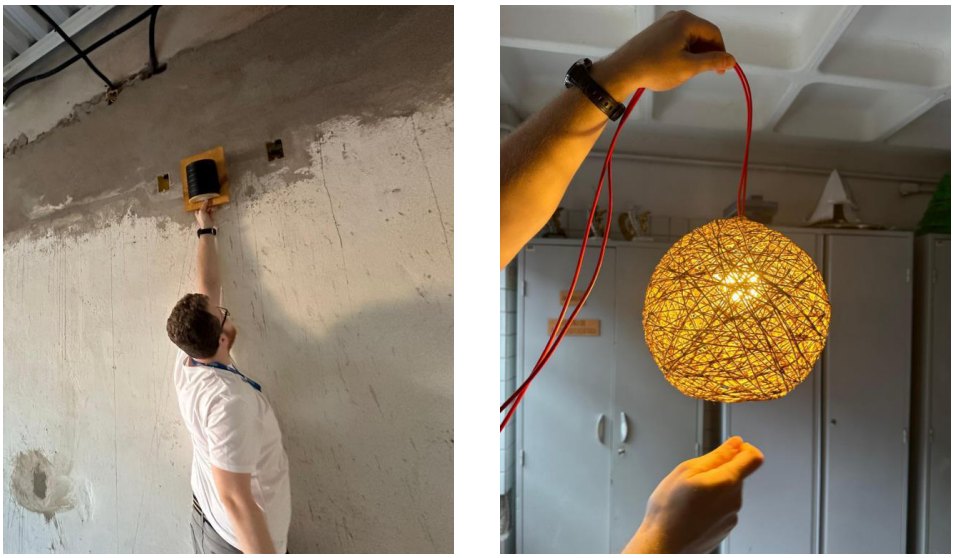
Fonte: Dos Autores (2024)

Da mesma forma, a ideia era produzir um modelo popular possível de ser desenvolvido de forma fácil e interativa, tendo como referência outros modelos similares (Cortez, 2018). Um primeiro protótipo foi descartado, pois o projeto necessitava ajustes. Os ajustes foram realizados no desenvolvimento de um segundo protótipo, e finalmente o desenho da luminária se tornou satisfatório e funcional. Portanto, durante um mês foi desenvolvido pela equipe do projeto de extensão

desenho próprio dessa luminária. Nenhuma das duas luminárias possui um registro de desenho industrial, segundo base da dados do INPI.

Posteriormente foram apresentadas à comunidade o protótipo da luminária desenvolvida de forma personalizada (Figura 7a) e o protótipo da outra luminária de corda (Figura 7b). Os modelos foram aprovados para instalação no espaço.

Figura 7 - Apresentação dos protótipos para a comunidade e testagem no local. (a) luminária do tipo arandela em lata (b) luminária do tipo pendente em corda.



Fonte: Dos Autores (2024)

Oficina de luminárias

Com o protótipo aprovado, as luminárias foram produzidas em dois momentos. Num primeiro momento, que necessitava maior suporte ferramental, as luminárias de lata foram confeccionadas no laboratório de modelos da universidade. Foi aberta uma chamada de oficina de produção de luminárias em que os estudantes se inscreveram e participaram de forma autônoma e voluntária como atividade complementar. Muitos desses alunos cursavam a disciplina de conforto lumínico no mesmo período, o que promoveu uma integração espontânea e ampliada entre ensino e extensão. Com as latas e as bases de madeira de pinus previamente recortadas, deu-se a montagem, instalação e acabamento dos elementos das luminárias pelos estudantes que aprenderam a utilizar algumas ferramentas e a preparar ligações elétricas básicas, além de exercitar o trabalho colaborativo. Em uma tarde foram produzidas oito luminárias (Figura 8), das quais seis fariam parte da composição do espaço do cinema, uma ficou como protótipo para o instituto e outra como protótipo para a universidade.

DOI: http://dx.doi.org/10.5380/ef.v1i39.103899

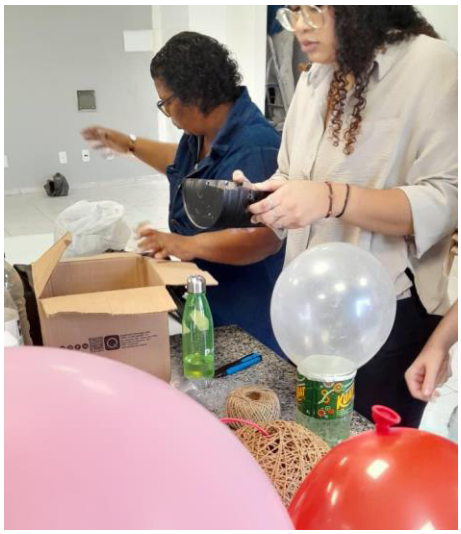
Figura 8 - Oficina de luminárias com os estudantes da graduação na oficina de modelos da universidade.



Fonte: Dos Autores (2024)

Num segundo momento, foram produzidas as luminárias de corda, já no próprio espaço do cinema em sua fase final de obras, em que foi aberta uma nova chamada pública, convidando estudantes e comunidade para participar da confecção das luminárias pendentes. Oficina que foi liderada pelos estudantes de graduação participantes do projeto de extensão (Figura 9). Nesse dia foram produzidas três luminárias pendentes desse tipo, de tamanhos diferentes, que foram posteriormente instaladas no espaço.

Figura 9 - Oficina de confecção de luminárias realizada no instituto

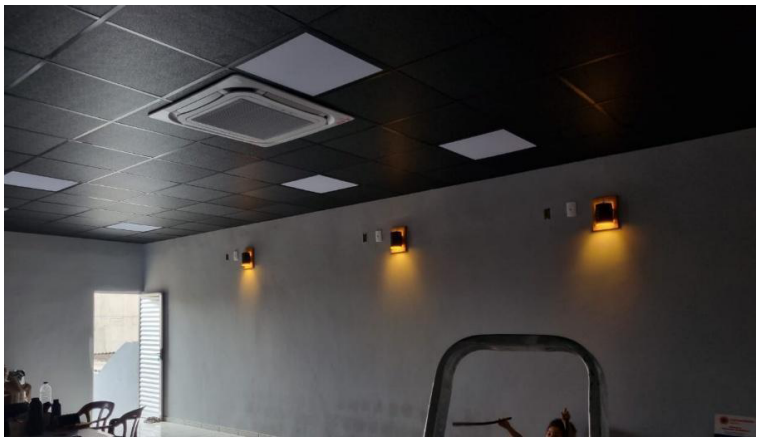


Fonte: Dos Autores (2024)

Neste mesmo dia um profissional eletricista fez a instalação das luminárias de lata (Figura 10) previamente confeccionadas na universidade. Todas as luminárias produzidas foram financiadas pelo instituto com recurso do edital.

DOI: http://dx.doi.org/10.5380/ef.v1i39.103899

Figura 10 - Luminárias instaladas no espaço



Fonte: Dos Autores (2024)

Durante o desenvolvimento da obra foram realizadas visitas técnicas para encontrar soluções pontuais a questões específicas, que são naturais de um processo de obra. Além disso, os avanços da execução dos diferentes elementos eram acompanhados em grupo de mensagens que continha representante do instituto, da empresa de engenharia, da universidade e da fiscalização da obra pela prefeitura municipal.

RESULTADOS

Ao término dos 12 meses previstos para cumprimento do edital de financiamento municipal, levantamento de dados, projeto, obra e acabamentos, as etapas planejadas foram concluídas, e o espaço foi inaugurado para dar início oficial às atividades da comunidade (Figura 11). Além de servir como sala de cinema, tendo o próprio instituto produções audiovisuais locais, que reforçam a cultura, a história e identidade dos moradores, o espaço dá suporte a cursos, oficinas, debates e ações diversas do instituto e dos moradores do bairro.

Figura 11 - Antes e depois do espaço após a finalização do projeto de extensão.



Fonte: Dos Autores (2024)

Ao final, o projeto contou com organização do layout do cinema, iluminação e infraestrutura de sonorização e projeção, acabamentos das paredes, a troca da cobertura e a instalação das luminárias, forro acústico modular para controle da qualidade sonora, além da instalação de copa e dois sanitários. Na fachada, o edifício também recebeu pintura e foram executados grafittis nas paredes da entrada.

Toda a equipe acadêmica envolvida no processo, alunos de graduação, mestrado, preceptor e professores, teve um importante ganho de experiência e sensibilização à necessidade de uma escuta ativa e de meios técnicos para a elaboração de processos compartilhados e participativos de projeto. A visão dos diferentes papéis desempenhados pelos atores do processo permitiu explorar o potencial transformador da organização social, da comunidade ativa e engajada, da municipalidade e do profissional arquiteto urbanista como um integrante ativo de equipes.

Ver a obra em execução e executada foi também um privilégio desta ação acadêmica, que permitiu que tecnicamente os estudantes pudessem vivenciar desafios práticos da profissão. A gestão de todo o processo realizado pelo instituto, realizado de forma transparente, também demonstra o papel fundamental das organizações da sociedade civil como transformadoras dos territórios e canalizadoras de demandas comunitárias.

O projeto envolveu diretamente 19 pessoas, mas com potencial para impactar os 2.286 moradores do bairro, segundo dados do Censo de 2022, por se tratar de um espaço de uso público. Desde a sua inauguração acontecem eventos com frequência semanal e o Instituto GG5 foi habilitado como pontão de cultura ao final do ano de 2024, período de finalização das obras do cinema (Cultura Viva, 2026).

O vínculo com o instituto foi fortalecido nesse processo, e uma confiança mútua estabelecida para dar origem a outros projetos de parceria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por integração entre teoria e prática é um importante papel das ações extensionistas no contexto da academia. A contextualização com realidades diversas e a possibilidade de articular ensino e extensão são contribuições importantes para a formação dos profissionais. A extensão é ainda uma possibilidade de acesso à serviços técnicos em territórios com pouco contato com o profissional projetista, por isso a importância da extensão com viés social.

Ainda assim cabe ressaltar que a extensão universitária não deve ser realizada como

um serviço técnico puramente. Ela deve ter um papel formativo para todos os agentes envolvidos, seja comunidade ou academia. Nessa extensão as etapas buscaram construir essas oportunidades de aprendizagem e de troca de experiências. É sabido ainda que este projeto e projetos similares acabam por sensibilizar os profissionais envolvidos. A empresa de engenharia, por exemplo, passou a adotar métodos como escuta ativa e participação comunitária em outros projetos em que se envolveu, destacando a importância do impacto que a extensão pode gerar, mesmo que em pequena escala.

Uma importante limitação do projeto cabe ser relatada. Embora soluções de acessibilidade não tenham sido implementadas no cinema, pois não estavam no escopo inicial das obras civis, a equipe de extensão evidenciou essa discussão e deixou a questão para reformas futuras do instituto, visto que o recurso era limitado e já estava destinado às intervenções programadas na época da submissão do edital.

No entanto, no ano de 2025, ano seguinte dessa ação de extensão, criamos junto ao instituto um espaço menor, de reuniões, no térreo, como forma de minimizar a falta de acessibilidade do cinema no terraço. Permanece o plano de inclusão de plataforma elevatória para acessibilidade à sala de cinema.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto GG5 de Desenvolvimento Comunitário, pela parceria no processo e pelo financiamento da oficina de luminárias. Aos estudantes que contribuíram como colaboradores do projeto de extensão. À Universidade Vila Velha pelo apoio logístico e de infraestrutura para realização da extensão.

REFERÊNCIAS

ALBO JÚNIOR, Ronaldo Rios; REIS, Sérgio Lourenço Bezerra Ferreira. Infra-estrutura cultural e as parcerias público-privadas: Perspectivas no segmento de salas de exibição. **Revista da AGU**, nº 27, pg 329-346, 2017.

ALVES, Alexandre Bessa Martins; SCHMID, Aloísio Leoni; ERRERA, Marcelo Risso. Arquitetura enquanto sistema evolutivo. Uma discussão sobre a Lei Constructal e a relação com a produção arquitetônica. **Arquitextos**, São Paulo, ano 23, n. 267.02, Vitruvius, ago. 2022 Disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/23.267/8567

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República, Brasília-DF, out. 1988.

BRASIL. Cultura Viva: Cadastro nacional de pontos e pontões de cultura. **Ministério da Cultura** [s/ d]. Disponível em: https://www.gov.br/culturaviva/pt-br Acesso em: 07 jul. 2026.

BRASIL, **Lei Nº 13.019, de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, e dá outras providências. Presidência da República, Brasília-DF, jul 2014.

BRASIL, **Lei Nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015**. Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e dá outras providências. Presidência da República, Brasília-DF, dez 2015.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 1, De 11 De Julho De 2025**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Ministério da Educação, 2025.

BRASIL, **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Ministério da Educação, Brasília-DF, dez 2018.

CAMPOS, Martha Machado; MIRANDA, Clara Luiza; JORGE, Liziane de Oliveira; ALMEIDA, Lutero Proscholdt (org.). **Outra arquitetura social**: Assessoria e assistência técnica em arquitetura e urbanismo. Vitória: Edufes, 2022.

CORTEZ, Camila. Luminárias com latas. In: **Joia de Casa**, 04 de julho de 2018. Disponível em: https://www.joiadecasa.com.br/luminarias-com-latas/ Acesso em: 07 jul. 2026.

COSTA, A. D. L.; SARMENTO, B. R. A **Extensão Universitária e seu novo protagonismo na formação do Arquiteto & Urbanista**. In.: PAGEL, E. C.; OLIVEIRA, M. R. S (Org.). Universidade e comunidade: práticas extensionistas em arquitetura e cidade. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024. p. 83-101.

EQUIPE VIVA DECORA. Luminária de barbante: Como fazer e inspirações para decoração. **Viva Decora Casa & Construção**, 23 fev. 2018. Disponível em: https://casaeconstrucao.vivadecora.com.br/luminaria-de-barbante/ Acesso em: 07 jul. 2026.

ESPÍRITO SANTO. Lei Paulo Gustavo. **Secult: Secretaria de Cultura** [s/ d]. Disponível em: https://secult.es.gov.br/lei-paulo-gustavo Acesso em: 08 jul. 2026.

GOMES, Camila Paula de Barros. O papel das organizações da sociedade civil (osc) na contemporaneidade. **Revista Digital de Direito Administrativo**, vol. 4, n. 2, p. 20-38, 2017.

MARQUES, Rangel Ribeiro; MARTINO FILHO, Miguel Ângelo; MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos, PAULA, Carlos Artiaga. Desafios e perspectivas da curricularização da extensão: uma análise a partir da percepção de coordenadores universitários. **Revista Extensão em Foco**. Curitiba, n. 37, p. 1-21, ago-dez 2025. DOI:

http://dx.doi.org/%2010.5380/ef.v1i37.97117

MILANI, David Perez; NEDUZIAK, Vinicius Poteriko; SOUZA, Wellyngton Fernando Leonel; ARCANJO, Daniela Resende. Cultura Política dos Jovens do Litoral do Paraná: uma investigação para um Projeto de Extensão. **Revista Extensão em Foco**. Palotina, n.31, p. 1-20, ago./dez. 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.5380/ef.v0i31.86797

RANGEL, André. Como fazer uma luminária de barbante profissional sem precisar de ferramentas caras: economize R$ 120. **E.M. Foco Curiosidades**, 14 de dezembro de 2025. Disponível em: https://www.em.com.br/emfoco/2025/12/14/como-fazer-uma-luminaria-de-barbante-profissional-sem-precisar-de-ferramentas-caras-economize-r-120/ Acesso em: 07 jul. 2026.

ROMÃO, Cristina Alves de Campos. **O papel do arquiteto em processos participativos: Um contributo para a compreensão de alternativas no modo de projetar**. Dissertação [Mestrado em Arquitetura]. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Tecnologias e Arquitetura, 2015.

SILVA, Carolina Rosa de Oliveira; HENNING, Ana Clara Correa. Políticas públicas, arte e direitos culturais: Relação com a criação e produção artística. **Revista Foco**, v.18, n.9, e9705, p. 01-19, 2025. DOI: https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n9-057

VILA VELHA. **Lei Complementar nº 65, de 09 de novembro de 2018**. Institui a revisão decenal da lei municipal nº 4575/2007 que trata do plano diretor municipal no âmbito do município de Vila Velha e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Vila Velha, 2018.

Recebido em: 16/03/2026
Aceito em: 24/07/2026